

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A LEITURA DE HISTÓRIAS E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS

FERNANDES, Carolina Maria Féia Teixeira

ALMEIDA, Ordália Alves

Resumo: A elaboração desse artigo iniciou-se pelo desejo em conhecer e entender no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, a importância da leitura de histórias como estratégias pedagógicas para a preservação da identidade infantil, buscando detectar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores durante esse processo, para a exploração da cultura afro-brasileira. Na sequência, ao trazermos um estudo sobre “Literatura Infantil à Literatura Infantil Afro-Brasileira” buscamos realizar um aprofundamento sobre a literatura infantil, de que como a teoria aborda, transitando também pelo campo da literatura infantil afro-brasileira, com o intuito de dimensionar de que modo são realizadas as abordagens sobre essa literatura. A Lei 10.639/2003 ao institucionalizar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar tem proporcionado modificações no dia a dia da escola do ensino básico, especialmente, porque os educadores passaram a rever suas práticas pedagógicas e a questionar o currículo escolar. A finalidade das mudanças é acatar às demandas postas por essa lei, o que nem sempre ocorre de maneira satisfatória.

Palavras-Chave: Cultura afro-brasileira, Educação Infantil, Literatura Infantil.

INTRODUÇÃO

O ato de ler é envolto de complexidade, envolve sujeitos, culturas, signos, descobertas e entendimento do mundo, de forma contextual. Ler não significa identificar códigos. Esse ato requer o uso de ações mentais e cognitivas do ser humano. Tal complexidade amplia-se quando se busca, por meio da leitura e contação de histórias garantir que as crianças tenham suas identidades preservadas, vivenciando contextos da cultura afro-brasileira.

A elaboração desse artigo iniciou-se pelo desejo em conhecer e entender no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, a importância da leitura de histórias como estratégias pedagógicas para a preservação da identidade infantil, buscando detectar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores durante esse processo, para a exploração da cultura afro-brasileira.

Para tanto, buscou-se a resposta à problemática que envolve o conteúdo e a abordagem de livros de literatura infantil. Objetivou-se com esta pesquisa

investigar como as histórias valorizam a tradição afro-brasileira, especialmente aquelas lidas na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, aqui compreendida como:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esta é a perspectiva que dá sustentação à pesquisa realizada uma vez que não tivemos a intenção de quantificar, mas especialmente de evidenciar como são qualificadas as escolhas de livros de literatura para as crianças da Educação Infantil e como se dá a valorização da cultura afro-brasileira.

Educar na diversidade é se preocupar com a educação e qualidade para todos sem distinção de raça, religião, condição física, dentre outras diferenças com as quais são formada a sociedade brasileira. A LDB estabelece como dever da escola colocar em suas práticas o respeito pela diferença de cada criança de forma recíproca. A heterogeneidade da sala de aula deve ser trabalhada em todas as disciplinas e sempre que possível ser enfatizada quando se trabalha um novo tema em sala de aula. Serão as práticas docentes para a diversidade que irão fazer com que as crianças reflitam sobre o tema e passem a rever sua postura frente ao diferente (BRASIL, 1996).

Logo após a promulgação da LDB um dos primeiros documentos criados foram os Parâmetros curriculares nacionais, pluralidade cultural, orientação sexual que traçou como um dos seus objetivos o reconhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional. Assim, todo o tipo de discriminação e preconceito em relação a outras crenças, classe social, etnia, sexo, ou qualquer outra característica que não estavam de acordo com os padrões pré-estabelecidos socialmente deveriam ser repudiados.

Com a implantação desse documento passou-se a ter na escola uma preocupação com a seleção de conteúdos que trabalhassem com a realidade cultural brasileira, relacionados a sua formação histórica, que colocasse em pauta às desigualdades socioeconômicas e que fizessem crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que se encontravam introjetadas na

sociedade brasileira, proporcionando ao educando a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, formado por uma diversidade cultural (BRASIL, 1997).

Através dos Parâmetros curriculares nacionais pluralidade cultural, orientação sexual,

os alunos são levados a compreender a cidadania enquanto participação social e política; a posicionar-se de modo crítico e construtivo; a conhecer características sociais, materiais e culturais do país; a identificar e valorizar a pluralidade cultural; a posicionar-se contra a discriminação cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras. Permitem também ao estudante se perceber integrante e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e interações possíveis, contribuindo para melhorá-lo. Possibilitam ao aluno desenvolver a percepção de si, a confiança nas próprias capacidades e o sentido de preservação física e mental; a utilizar diferentes linguagens; a consultar diversas fontes de informação e a questionar a realidade, formulando problemas e soluções (SOUZA, 2005, p. 07).

De acordo com o § 2º do artigo 1º da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Assim, por meio de várias políticas públicas, programas, instruções e diretrizes de políticas de currículo, o governo com o apoio dos movimentos sociais tem buscado promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnica e racial na educação escolar brasileira. Isso tem ocorrido por meio de um conjunto de estratégias para combater culturas e práticas racistas e discriminatórias que ainda existem no dia a dia das escolas e dos sistemas educacionais.

A Lei 10.639/2003 ao institucionalizar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar tem proporcionado modificações no dia a dia da escola do ensino básico, especialmente, porque os educadores passaram a rever suas práticas pedagógicas e a questionar o currículo escolar. A finalidade das mudanças é acatar às demandas postas por essa lei, o que nem sempre ocorre de maneira satisfatória.

Não se pode deixar de elencar aqui a Lei 11.645 de 10 de março de 2008 que reafirma a necessidade da oferta do estudo da história da África e dos

Africanos, da luta dos negros pelo fim da escravidão e pelo reconhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, reafirma também a cultura negra que é riquíssima e que está incorporada aos costumes de todo o brasileiro e determinada que os conteúdos voltados para a história e Cultura Afro-Brasileira sejam trabalhados em todas as disciplinas do currículo escolar com destaque nas disciplinas de Arte, Literatura e História.

Segundo Martinazzo, Schmidt e Burg (2014), é preciso compreender que é essencial no processo de aprendizagem que os alunos possam ver o diferente e se enxergar nele, compreender suas complexidades. É necessário que o educador mostre ao educando que a diferença está expressa em todo o canto, está presente diariamente no contexto escolar e se propaga por meio da música, da dança, da culinária, da língua portuguesa e entre múltiplas atividades do dia a dia.

Desenvolvemos esse artigo, num primeiro momento resgatamos “A cultura afro-brasileira na Educação Infantil”, buscando valorizar a base teórica, sustentada por diversos autores que buscam evidenciar as importantes contribuições dessa cultura para a formação humana, ao mesmo tempo em que explicitam o valor dessa cultura.

Na sequência, ao trazermos um estudo sobre “Literatura Infantil à Literatura Infantil Afro-Brasileira”, buscamos realizar um aprofundamento sobre a literatura infantil, de que como a teoria a borda, transitando também pelo campo da literatura infantil afro-brasileira, com o intuito de dimensionar de que modo são realizadas as abordagens sobre essa literatura. Em continuidade, por meio da temática buscamos verificar, como se dá a constituição de histórias afro-brasileiras no contexto da Literatura Infantil.

Vimos que há uma variedade de histórias que estão sendo produzidas e que tem sido muito importantes para a disseminação e valorização da cultura afro-brasileira.

1- A cultura afro-brasileira na Educação Infantil: base teórica

Na perspectiva de aprofundar no estudo da cultura afro-brasileira, buscar-se-á analisar os termos raça e etnia, de maneira que esses dois conceitos possam dar sustentação aos estudos realizados.

Ao buscarmos autores que discutem o conceito de raça, localizamos Santos et al. (2010) que esclarece que o termo raça possui um grande número de significados comumente empregados para descrever um grupo de indivíduos que partilham determinados atributos morfológicas. É uma terminologia não científica que simplesmente pode ter definição biológica quando o ser se apresenta homogêneo, essencialmente puro; como em determinadas espécies de animais domésticos. Categorias que jamais serão localizadas em seres humanos. O genoma humano possui um total de 25 mil genes.

As distinções mais evidentes são a cor da pele, textura dos cabelo e contorno do nariz, que são determinadas por um número muito pequeno de genes, sendo que a distinção entre um negro africano e um branco nórdico abrangem tão-somente 0,005% do genoma humano. Por esse motivo existe concordância entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico a inexistência de raças humanas.

Basthi, (2011), no “Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia” enfatiza que independente da aceitação da terminologia raça, o que se verifica é que os atos de racização ainda estão muito presentes no Brasil, ela se manifesta na esfera social e política e está diretamente associada a categorização social, a exclusão e ao homicídio. O conceito de raça encontra-se ainda impregnado nas práticas sociais e nas relações de poder e dominação, bem como na própria representação coletiva das camadas menos favorecida da sociedade, que é representada em grande parte pela população afro-brasileira.

Contribuindo com as discussões a respeito do termo raça, Silva e Soares (2011) lembram que a despeito as novas conceituações e usos de outras palavras no lugar de raça, tem conferido uma modificação histórica e amplamente benéfica no campo das mentalidades, não que tem sido totalmente substituidores, mas tem contribuído como um papel definidor e classificador das pessoas afro-brasileiras e as não afro-brasileiras que são unidas por

características e cultura análogas e, numa conjuntura de luta por igualdade, menos discriminação e preconceito e de resistência a um sistema obstinadamente segregacionista.

Atualmente, uma das palavras que se destaca na literatura e que tem substituído a palavra raça é a palavra etnia, originária do grego *ethnos*, compreendida não somente como um conjunto de pessoas da comunidade, mas sim o pertencimento do grupo, independentemente dos laços de consanguinidade e constituição de ações coletivas.

No que se refere a etnia, Muranga (1998), a define como um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, tem um ancestral comum; tem uma língua em comum, uma mesma religião. Enquanto, o termo raça é um conceito que baseado em esquemas biológicos, classifica os indivíduos de uma mesma espécie biológica conforme suas características.

Basthi, (2011), pondera que o posicionamento de determinados autores é que com o fim da associação biológica ao termo “raça”, a substituição definitiva dessa terminologia por etnia é inevitável, porém, acrescenta que a palavra etnia é bastante peculiar, trata-se de um grupo que, dentro de uma perspectiva histórica, compartilha uma mesma ancestralidade, o mesmo dialeto e religião e coabita o mesmo espaço geográfico.

Assim, populações negra, indígena ou branca podem abrigar vários grupos étnicos, sem que se altere a composição social e econômica que beneficia os distintos mecanismos de exclusão e opressão. Para a autora, a simples mudança da definição de raça pelo de etnia não transforma a realidade, já que as populações permanecem enfrentando diversos empecilhos para o acesso à cidadania plena e à inclusão econômica, política e social.

Em relação a Educação Infantil, o documento elaborado pelo MEC, “História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil” enfatiza que estudos feitos a partir de 1980 têm evidenciado comportamentos preconceituosos e de atitudes discriminatórias em relação às crianças pré-escolares e entre elas, assim como também tem-se verificado que o cuidado e a educação destinados às crianças afro-brasileiras tem sido desiguais, ficando evidente que essa desigualdade está relacionada ao seu pertencimento étnico (BRASIL, MEC, 2014).

A relevância da educação infantil, para se trabalhar a questão da discriminação e preconceito as crianças afro-brasileiras é enfatizado no Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003, como se pode verificar a seguir,

o papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam, valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras (MEC, 2004, p. 49).

A Lei nº 10.639/2003 incentiva as escolas a ensinar a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil e sua contribuição nas diversas áreas da história e cultura brasileiras. Defende que as crianças aprendam uma história realista e respeitosa, a partir de conteúdos sobre as lutas de libertação que o negro as pessoas têm até os dias atuais em busca de seus direitos de cidadania

O importante papel do professor nessa etapa da escolarização também é enfatizado pelo MEC, que preconiza ser de competência desse profissionais a efetivação de práticas pedagógicas que tenham por objetivo a expansão do universo sociocultural das crianças com ênfase em atividades que evidenciem o educar, o cuidar sem excluir a diversidade. Desde muito cedo, é possível trabalhar com os pequenos o reconhecimento das diferenças e transformar a diversidade como algo encantador (BRASIL, 2014).

A cultura Afro-brasileira na Educação Infantil é um instrumento de grande valia no desenvolvimento e na construção da identidade e autonomia das crianças negras. A utilização de diferentes textos literários viabiliza ao professor fazer do espaço destinado à prática pedagógica, espaço da construção de conhecimento. A leitura democratizada deve ser significativa, transformadora e reflexiva. É um meio de comunicação, que influi no indivíduo e conseqüentemente por meio deste na sociedade. Segundo Magnoli (2009, p. 19), o homem sempre precisou ordenar as coisas e “classificar é colocar os

objetos – ou as ideias – em ordem. A humanidade classifica desde os tempos mais remotos”.

2- Da Literatura Infantil à Literatura Infantil Afro-Brasileira

A contação de história tem um teor de criação, porém sem mudar a mensagem principal, utilizando-se da criatividade do contador, e possibilitando que contos tradicionais perdurem de geração em geração tornando-os mais atraentes ao público, utilizando para tanto narrativa atual, fazendo adaptações, levando os ouvintes ao mundo imaginário. E por meio do lúdico levar o ouvinte a construção do conhecimento.

Zilberman (1990, p.12) relatou a literatura como forma de diversão da nobreza.

Quando nasceu, na antiga Grécia, a literatura não tinha esse nome. Chamava-se poesia e existia para divertir a nobreza, nos intervalos entre uma guerra e outra. Era declamada por profissionais da palavra, narradora de feitos bélicos do passado para uma aristocracia que, já nessa época, preferia à paz a luta armada.

Contar histórias é uma arte. E neste ato é possibilitada a aproximação da criança com o instrumento escrito da história contada: o livro. E por meio da leitura, antes mesmo de sua inclusão na escola, a leitura e a contação de história já acontece no meio familiar, mesmo que esta não seja considerada “letrada”.

A busca e o alargamento da compreensão dos fenômenos da vida indo mais a fundo e posicionando-se criticamente como leitor – esta, sem dúvida, uma das finalidades básicas de toda incursão em livros de literatura. Uma incursão que é, em si mesma, eminentemente pedagógica porque instigadora de reflexões e, por isso mesmo, geradora de aprendizagens (SILVA, 1990, p.21)

Silva (1993, p. 22) aponta que toda sociedade, nas suas diferentes etapas evolutivas, produz uma memória cultural e que a leitura vem a ser um dos instrumentos para conhecimento e transformação dessa memória, isto é, das ideias, instrumentos e técnicas produzidos e conservados pelo homem. Por isso mesmo, o processo de leitura apresenta-se como uma atividade que possibilita

a participação do homem na vida em sociedade, em termos de compreensão do presente e passado e em termos de possibilidades de transformação cultural futura.

Na literatura infantil brasileira, os personagens negros parecem ter um espaço muito restrito só em livros no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, com Monteiro Lobato sendo uma referência deste período. Deve ser lembrado que o contexto histórico em que as primeiras histórias com personagens negros foram publicados era de uma sociedade apenas emergindo de um longo período de escravidão. As histórias daquele tempo procuraram destacar a condição subalterna do negro (JOVINO, 2006).

Nesse sentido, cultura, costumes e conhecimento dessa população não foram descritos na íntegra, mas de uma maneira pejorativa. Em 1975, a literatura infantil começou a retratar a sociedade brasileira em seu contexto social, aparecendo personagens negros. Durante este período, muitos trabalhos são expostos para denunciar as práticas de preconceito e discriminação social.

Na década de 1980, os livros surgiram com novas propostas, cujo objetivo central é romper com a visão estereotipada dos negros, valorizando suas tradições, religiosidade e aparência física, mas nem todos os livros tiveram sucesso, reforçando ainda mais o preconceito racial.

Assim, a literatura infantil começou a apresentar o tema racial em alguns livros, enfatizando o preconceito racial e assistemático com o qual se vive. Segundo Turchi (2006), a literatura afro-brasileira traz os discursos dos excluídos e esquecidos, fazendo a criança imaginar e construir sua subjetividade e lidar com conflitos.

Atualmente, a literatura infantil brasileira apresenta vários trabalhos que valorizam cultura, identidade, religião e contos africanos e que oferece uma educação libertadora, como proposto por Paulo Freire (1989), ou então uma educação criativa que fortaleça práxis libertadora, que não é nem adaptação nem reprodução da cultura que fortalece o preconceito e racismo.

É possível ver esse regate e valorização da cultura afro-brasileira em vários livros infantis e infanto-juvenis, como em “Menina bonita do laço de fita” escrito por Ana Maria Machado (2000), e que narra a história de uma menina negra, cheia de graça que possuía lindas tranças feitas pela sua mãe e

amarradas com fitas coloridas. Dentro da narrativa ela não sofria discriminação, como ocorre com as pessoas negras da vida real.

Essa graciosa menina tinha um coelho branquinho que contrastava com a sua pele escura, que a admirava muito e gostava muito de sua cor preta, então sempre indagava à menina o que ela fazia para ter aquela cor, momento que ela usava e sua criatividade e dizia que tinha aquela cor porque tinha caído na tinta preta, ou era porque tomava muito café, ou ainda porque comia muita jabuticaba, mas o coelho fazia tudo o que a menina dizia na tentativa de ficar da sua cor mas nunca conseguia.

Por fim, aconselhada pela mãe, a menina sugeriu ao coelho ter filhos com uma coelha preta que ele amasse e assim teria filhos de raças distintas, tantos brancos, como pretos. E o coelho assim o fez e teve uma coelhinha preta e outros coelhinhos, preto listrado de branco e branco listrado de preto. O livro trata, portanto, da valorização e do respeito as diferenças.

“Cada um do seu jeito, cada jeito de um” também é um livro de literatura infantil, escrito por Lucimar Rosa Dias (2013), e conta a história de Luanda, uma menina negra brincalhona e vaidosa, que ao contrário de muitas pessoas negras, tem orgulho do seu cabelo crespo e que vive a inventar lindos penteados e neles envolver todos os membros da família. O seu nome foi escolhido por seu pai que tinha a convicção que ela seria tão bela quanto a cidade africana que conhecera quando era jovem. A leitura desse livro possibilita o reconhecimento e a valorização das diferenças.

O livro “Minha mãe é negra sim!” é de autoria de Patricia Santana (2008), e narra a história do menino Eno, que por ter sido vítima de preconceito na escola, passa a indagar sobre sua origem. O preconceito por parte da professora é percebido por ele quando ela aconselha que pinte o desenho da sua mãe de amarelo. Segundo a professora a cor amarelo é mais bonita do que a preta. Eno foi tomado por um enorme sentimento de tristeza, pois a mãe a quem ele tanto amava era linda, não havia necessidade de pintá-la de outra cor que não fosse a sua própria cor. E a professora era professora, ficava difícil contrariá-la? Assim, o menino Eno busca ajuda no dicionário uma explicação para o preconceito, mas não encontrou, porém, posteriormente seu avô teve um diálogo decisivo com ele.

Este livro, apresenta a realidade vivenciada por muitos alunos afro-brasileiros dentro da escola, já que determinados professores não compreendem

e não respeitam a etnia do educando. Muitas vezes o preconceito está tão entranhado no professor que ele por mais que tente não consegue esconder. Falas como as de que “você não é tão preto assim” ou “você não é preto é moreninho” torna-se uma significativa ofensa para o aluno afro-brasileiro, porém passa despercebida pelo professor.

O livro “O menino Marrom” de Ziraldo (2009), trata-se de uma narrativa construída a partir de múltiplos temas, como as diferenças, valores, amizade, comportamento e questões raciais. Toda a dinâmica da obra ocorre a partir de dois meninos de cores distintas, o menino que é o protagonista da história é marrom e o menino cor-de-rosa, que é o personagem secundário.

Quando Ziraldo apresenta o menino cor-de-rosa, os próprios personagens do livro fazem inúmeras indagações à respeito das cores e tons de pele, surgindo então um amplo debate em que envolve as questões raciais. São os questionamentos e as dúvidas levantadas pelos personagens que permitirão aos dois meninos. A partir de então eles se tornam amigos inseparáveis e buscam juntos entender suas diferenças, embora jamais terem se preocupado com isto. Assim, a curiosidade de ambos leva a inúmeras descobertas que proporcionam a eles compreenderem as diferenças humanas, a valorização de identidade e a diversidade étnica-racial.

Escrito por Ana Zarco Câmara (2013), o livro, “O Cabelo de Cora” conta a história de Cora, uma menina que tinha um lindo cabelo crespo, mas um dia ao ouvir na escola críticas de uma amiga dizendo que seu cabelo ficava feio e desarrumado quando estava solto, aconselhando-a a usar uma fita para prendê-los e até lhe dando várias dicas de como deveria proceder para cuidar melhor do cabelo de forma que ele ficaria liso e fácil de prender com a fita, ela então passou a questionar a beleza de seu cabelo.

Cora fica tristonha e vai falar com sua tia o acontecido, acrescentando inclusive que a amiga ainda disse que só estava falando aquilo para ela porque o cabelo dela era ruim, ainda que ela fosse boazinha. A tia de Cora esclarece para ela que cabelo bom não é cabelo liso, que cada um tem um tipo de cabelo, um tipo de cor e mostra para Cora com muito orgulho fotos da sua Avó, africana com seus lindos cabelos, bom e resistente e de um castanho reluzente.

Após a conversa com a tia, Cora ao encontrar novamente sua amiga relata a conversa que teve com a tia e fala para ela que melhor do que manter o

cabelo preso com uma fita é deixá-lo solto e cuidar dele com carinho e capricho. A partir de então a amiga passou a respeitar as diferenças de Cora e seu lindo cabelo crespo, convicta de ele faz parte da beleza de Cora. O livro é um texto poético que apresenta delicadamente um modo de tratar características distintas das pessoas.

O livro infantil “Betina” de Nilme Lino Gomes (2009), narra sobre o penteado de Betina, que ela aprendeu com a sua avó, que aprendeu com a sua bisavó, que tinha aprendido com uma tia. Porém, Benita não se contentou em espalhar o penteado somente para sua mãe, filhas e filhos, mas ensinou para muitas filhas (os), mães e avós, isso porque ela abriu um salão de beleza diferente e ficou conhecida em muitos lugares do país.

Betina ensinou que para fazer belos penteados é preciso ter mãos habilidosas e uma grande alegria. Com esses elementos, é possível entrelaçar cabelos e aproximar cabeças que pensando juntas pensam muito melhor. O livro de uma forma muito criativa tem o intuito de gerar reflexão crítica em relação aos povos afrodescendentes, sua cultura e seu valor, assumindo sua consciência de sua identidade.

Os livros analisados reforçam a ideia do protagonismo das crianças afro-brasileiras, ou seja, do agora humanizado oprimido, em que os negros passaram a ocupar o papel principal de uma história infantil. Eles apresentam elementos que tornam visível o que esteve escondido durante muito tempo na literatura infantil. Alguns dos personagens nos textos que analisados trazem a capacidade de sonhar. Eles são protagonistas porque sonham com um mundo diferente, têm uma visão de amanhã e do futuro em que estão engajados.

Os textos que buscam valorizar cultura negra por meio dos personagens podem ser uma excelente ferramenta pedagógica no processo de formação social e conscientização infantil.

Considerações Finais

Para trabalhar como a perspectiva de inserção da criança negra na Educação Infantil, desde a primeira infância, recorreremos às As Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), quando expressa que:

As ações educativas e práticas cotidianas devem considerar que os modos como a cultura se articulam com as formas de relação da criança consigo mesma são constitutivos dos seus processos de construção de identidade., reconhecer as crianças como cidadãos de pouca idade e pensá-los como seres sociais que possuem uma história, pertencentes a uma classe social e que estabelecem relações segundo suas origens, que têm uma linguagem, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões de determinado contexto exige o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas. Isto deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação.

Desse modo, a educação que tem comprometimento com a realidade vivida pelo indivíduo constitui-se em um ato político, transformador. O diálogo é uma prática social, e a leitura constitui-se como uma ação dialógica, por levar o leitor a interagir com o texto, atribuindo a este sentido e significado, de maneira a situar-se no contexto em que vive.

Práticas de leituras devem ser realizadas pelos/as professores/as de Educação Infantil, envolvendo crianças da mais tenra idade, despertando-lhe para o prazer da descoberta do mundo por meio da leitura. Essa perspectiva, levou-nos a interrogar o que contemplam as histórias que estão sendo lidas em instituições de Educação Infantil, e como as mesmas têm contemplado as questões étnico-raciais, especialmente como são valorizadas as histórias infantis que explicitam a cultura afro-brasileira, de modo a garantir os direitos de todas as crianças.

Considerando a realidade vivida, buscamos quais histórias estão compondo as práticas de leitura, com grande frequência, com crianças da Educação Infantil. Primeiramente, foram resgatados diversos autores para o desenvolvimento teórico, e depois buscamos conhecer e analisar o que contemplam as histórias infantis que abordam as questões afro-brasileiras.

Vimos que há uma variedade de histórias que estão sendo produzidas e que tem sido muito importantes para a disseminação e valorização da cultura afro-brasileira.

Referências Bibliográficas:

BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia** / Angélica Basthi (organização e elaboração) Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. - 5 Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais Curriculares para a Educação Infantil**. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: 2009c

_____. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

CAMARA, Ana Zarco. **O cabelo de Cora**. Ilustração de Taline Schubach, São Paulo: Pallas, 2013.

DIAS, Lucimar Rosa. **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um**. Campo Grande, MS: Editora Alvorada, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação: sonho possível. In: BRANDÃO, C. **Educador, vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Betina**. Ilustrações de Denise Nascimento. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

HISTEDBR. **Transformação: tendências e perspectivas**", 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/. Acesso em: 04 fev. 2018.

JESUS, A. O. de. **Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e Moçambique (2000 – 2007):** entrelaçadas vozes tecendo negritudes. Paraíba, 2010. Tese. (Doutorado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras da UFPB, 2010

JOVINO, Ione da Silva. Literatura Infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, F. & LIMA, M. N. (org.). **Literatura Afro-brasileira**. Salvador: Centro de estudos afro-orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do laço de fita**. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINAZZO, Celso José; SCHMIDT, Aline; BURG, Cristiani Isabel. **Identidade e Diversidade Cultural no Currículo Escolar**. Editora Unijuí, Ano 29 nº 92 Jan./Abr. 2014.

MEC – Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. (2004).** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192 Acesso em: 01 jun. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. São Paulo. Ática. 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Relações raciais e rendimento escolar**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, p. 19-23, nov. 1987.

SANTANA, Patrícia. **Minha mãe é negra sim!** Ilustrações de Hyvanildo Leite. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SANTOS, Diego Junior da Silva; PALOMARES, Nathália Barbosa; NORMANDO, David; QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod**, v.15, n.3, p.121-4, May-June, 2010.

SILVA, Ezequiel Teodoro. **Elementos de Pedagogia da leitura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. Entrelaçando, **Revista Eletrônica de Culturas e**

Educação. Caderno Temático: Educação e Africanidades n. 4 p. 99 -115, Ano 2 (Novembro/2011).

SOUZA, Paulo Renato. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TURCHI, Maria Zaira. Espaços da crítica da literatura infantil e juvenil. In: TURCHI, Vera Maria Tietzmann. (org.). **Leitor formado, leitor em formação:** leitura literária em questão. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro. **Literatura e pedagogia:** ponto & contraponto. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

ZIRALDO, Alves Pinto. **O menino marrom.** 40.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

Yin RK. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre (RS): Bookman; 2010.